15.2 — A prova de conhecimentos incide sobre as seguintes temáticas, cuja legislação e bibliografia se aconselham:

- a) Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro;
- b) Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro;
- c) Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de junho;
- d) Lei n.º 22/2015, de 17 de março (altera e republica a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- e) Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março;
- f) Lei n.º 20/2015, de 9 de março (altera e republica a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto);
- g) Lei n.º 41/2014, de 10 de julho (altera e republica a Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto);
- h) Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro;
- i) Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio;
- j) Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- k) Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho;
- l) Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- m) Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro;
- n) Decreto Regulamentar n.º 5/2014, de 30 de outubro (altera e republica o Decreto Regulamentar n.º 21/2012, de 8 de fevereiro);
- o) Circular Série A n.º 1376, de 18 de julho de 2014 da Direção-Geral do Orçamento (circular e anexos).

16 — A avaliação curricular é aplicável aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como aos candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, podendo este método ser afastado pelos candidatos através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, a prova de conhecimentos.

17 — Na avaliação curricular é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

18 — Cada método de seleção é eliminatório, sendo excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos ou que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores num deles, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.

19 — Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte por uma das formas previstas no artigo n.º 30, n.º 3 da Portaria.

20 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica www.sg.msss.pt e afixada no 10.º andar nas instalações da Secretaria Geral.

21 — Classificação Final (CF):

21.1 — A classificação final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (PC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

21.2 — Para os candidatos que se encontrem na situação descrita no ponto 16 do presente aviso, a classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$$

em que:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

22 — Em situações de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria, sem prejuízo de serem aplicados outros critérios de desempate definidos pelo Júri.

23 — As Atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a aplicar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final, serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

24 — Os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência dos interessados, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

25 — O exercício do direito de participação dos interessados deverá ser feito através do preenchimento de formulário tipo, disponível em www.sg.msss.pt.

26 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados após homologação é notificada aos candidatos, publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da Secretaria Geral e disponibilizada na *página eletrónica* www.sg.msss.pt.

27 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e em jornal de expansão nacional, por extrato.

28 — Composição do Júri:

Presidente: Nuno Manuel Sousa do Rego, Diretor de Serviços;
Vogais efetivos:

José Afonso Fernandes Almeida Braguez, Chefe de Divisão;
António Casimiro Fernandes Barata, Técnico Superior.

Vogais suplentes:

Silvia Rafaela Araújo Ribeiro, Técnica Superior;
Fátima Maria Moreno Fernandes, Técnica Superior.

29 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

30 de março de 2015. — A Secretária Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Maria João Paula Lourenço*.
208561282

Autoridade para as Condições do Trabalho

Aviso (extrato) n.º 4503/2015

Recrutamento por mobilidade na categoria de 1 técnico superior, licenciado em Direito, para o desempenho de funções na Divisão Patrimonial e Financeira, da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Faz-se público que a Autoridade para as Condições do Trabalho pretende recrutar, por mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, um (1) técnico superior (jurista), preferencialmente com experiência na área da contratação pública, para o desempenho de funções na Divisão Patrimonial e Financeira, em Lisboa.

Os requisitos formais de provimento e do perfil exigido, constarão da publicitação a efetuar na bolsa de emprego público, www.bep.gov.pt.

08 de abril de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.
208565154

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Aviso n.º 4504/2015

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência de procedimento concursal comum, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., aberto pelo aviso n.º 405/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 8, de 13 de janeiro de 2015, procedeu-se à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a um período experimental de 180 dias, com Bruno Guilherme Serra Sedas de Oliveira, com efeitos a 01 de abril de 2015, auferindo a remuneração base correspondente a 2.ª posição da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única.

06 de abril de 2015. — O Presidente, *José Madeira Seródio*.
208568224